

Senado autoriza empréstimos

De Brasília

O plenário do Senado autorizou ontem a União a contratar um empréstimo de US\$ 500 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para fortalecer as reservas do país. Segundo parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), esse dinheiro será importante para manter a estabilidade econômica e deve contribuir também para a manutenção da confiança nos mercados de capitais. O governo sugere ainda que a entrada desses US\$ 500 milhões evitará a redução do despesas e de investimento nos programas Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola, Erradicação do Trabalho Infantil e Agente Jovem.

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), que elaborou um relatório sobre a operação, explicou que o empréstimo é importante para o equilíbrio da balança brasileira

de pagamentos. No seu parecer, Jucá destacou que a STN considerou aceitáveis as condições financeiras do empréstimo, destacando que elas são semelhantes às de empréstimos normais dos bancos multilaterais. O custo efetivo da operação será de 6,3%. O prazo de carência foi definido em 18 meses.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) reapresentou no plenário duas emendas, rejeitadas pela maioria dos senadores na Comissão de Assuntos Econômicos. Ela pretendia facilitar a fiscalização da aplicação dos recursos nos quatro programas sociais. Mas novamente suas propostas não foram aceitas pela maior parte dos colegas. Heloísa citou o exemplo de 1999, quando o Brasil firmou um contrato semelhante com o BID: "Esse tipo de operação não oferece garantias de que o governo vai fazer os repasses que o Orçamento prevê para os

programas". Em 2001, explicou ela, o programa Bolsa-Alimentação recebeu apenas 0,43% do que estava previsto no Orçamento daquele ano. Nesses primeiros meses de 2002, somente 2,24% da previsão orçamentária para este programa já foi empenhada.

Os senadores ainda aprovaram o aumento da operação de crédito celebrada entre o Ministério da Educação e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) no valor de 2 bilhões de ienes. Em favor do Ministério da Educação também um empréstimo com Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S/A (BBVA), no valor de 3,3 milhões de euros. O objetivo das duas operações é modernizar a infra-estrutura acadêmica de Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

Ainda foi aprovado no plenário do Senado o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE),

presidente da CAE, que dá respaldo à União para que possa conceder garantia aos Estados e municípios nas operações de crédito interno feitas no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste e do Programa de Modernização do Setor de Saneamento. O assunto segue para a sanção presidencial.

Os senadores autorizaram também o governo da Bahia a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no valor de R\$ 91,6 milhões. Segundo o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), essa renovação deve ocorrer em função do fato de que apenas um pequeno número de contratos, lastreados por essas garantias, foi feito até agora. A idéia é ampliar o prazo para beneficiar os produtores rurais da região. (MM)